



PUBLICAÇÃO: 30/11/2017



Estado de São Paulo sedia Workshop Nacional para Redução de Riscos de Desastres com participação do Escritório Regional das Nações Unidas



Hoje, 29/11, encerrou o workshop “Implementando o Marco de Sendai em Nível Local: Formulação de Planos de Redução de Risco de Desastres em Nível Local” que foi organizado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil juntamente com a Oficina das Nações Unidas para a Redução dos Riscos de Desastres – UNISDR. O evento aconteceu nos últimos dias 27, 28 e 29 de novembro, no Mezanino do Palácio dos Bandeirantes.

Com a **Campanha “Construindo Cidades Resilientes”**, o evento teve como objetivo aumentar o compromisso político e a demanda social para alcançar um desenvolvimento sustentável, aumentar a participação dos atores locais no planejamento do desenvolvimento a nível local para a redução do risco de desastres, adaptação à mudança climática e reforçar as capacidades de funcionários dos governos locais no que diz respeito ao compromisso de implementar o Marco de Sendai com um enfoque no desenvolvimento e a implementação de planos de redução de riscos.

O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 fornece diretrizes para apoiar os esforços em nível nacional e local que buscam construir resiliência a desastres no contexto do desenvolvimento sustentável.

Durante o encerramento o Tenente Coronel Anderson Lima de Oliveira, Diretor do Departamento Estadual de Defesa Civil enalteceu a importância do evento e da ferramenta para auxiliar os municípios na autoavaliação com indicadores que podem orientar as atividades de redução de risco de desastres para construção da resiliência local.



<http://www.defesacivil.sp.gov.br/?p=2201>

ResearchGate

Nota técnica sobre a estimativa da demanda de infraestrutura para o controle de inundações

Fonte (s): Asian Development Bank (ADB)
Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)

Esta nota técnica examina a relação entre os orçamentos de controle de cheias e o nível de inundações no Japão e nas Filipinas. A nota conclui que os países decidem a escala do seu investimento em controle de inundações com base no desastre que teve o maior impacto na economia nacional no passado, e não no nível médio de danos causados pela inundação no tempo.

O Japão e alguns outros países transformaram esses desastres das crises em

oportunidades para expandir esse tipo de investimento. A demanda por infra-estrutura de controle de inundações nas Filipinas é estimada em 32-61 bilhões de USD usando a análise de regressão múltipla e o crescimento do PIB. A nota conclui que o investimento irá compensar, uma vez que o valor do ativo em áreas de risco aumentará por causa da urbanização e do crescimento econômico. Esta estimativa mostra um rápido e contínuo aumento do orçamento. Os acordos de financiamento e o fortalecimento da capacidade de implementação para controle de inundações são desafios.

FONTE: <https://www.researchgate.net/publication/316737886> TECHNICAL NOTE ON THE ESTIMATION OF INFRASTRUCTURE DEMAND FOR FLOOD CONTROL



Objetivos das Nações Unidas precisam virar realidade concreta para população, diz UNFPA

Em aula na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal, o representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil, Jaime Nadal, defendeu na terça-feira (28) que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) sejam traduzidos em melhorias concretas na vida das pessoas. Dirigente participou da abertura de um curso sobre uso de dados na elaboração de políticas públicas. Apoiada pelo organismo internacional, formação reúne até amanhã (30) servidores e sociedade civil.

Voltada para gestores de secretarias estaduais e integrantes de organizações independentes, a capacitação aborda conceitos básicos sobre a produção de indicadores sociodemográficos, como estatísticas de saúde, mercado de trabalho, educação e segurança pública. O objetivo da iniciativa é tornar os participantes aptos a analisar criticamente os dados sobre os habitantes do Rio Grande do Norte.

Segundo Nadal, a produção e a análise de estatísticas são um importante alicerce na implementação, monitoramento e avaliação de políticas populacionais. Indicadores, afirmou, permitem visibilizar e reduzir as desigualdades internas ainda existentes no Brasil — o que torna ainda mais importantes a pesquisa acadêmica e o uso de metodologias inovadoras para a formulação de dados.

Os ODS somente são relevantes na medida em que podem ser implementados localmente, virando uma realidade tangível para as pessoas.

O representante do Fundo da ONU ressaltou ainda que estratégias locais de desenvolvimento devem ser alinhadas aos ODS. Objetivos constituem uma agenda assumida pelo Brasil e pelo restante da comunidade internacional para erradicar a fome, a pobreza e a violência gênero, entre outras metas, até 2030.

“Os ODS somente são relevantes na medida em que podem ser implementados localmente, virando uma realidade tangível para as pessoas, especialmente para aquelas que mais precisam dessas políticas”, defendeu Nadal. O curso de Capacitação em Indicadores Sociodemográficos (CIS) foi promovido pela agência das Nações Unidas, a UFRN e o governo estadual.

FONTE: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>



Agências da ONU combinarão estratégias de cooperação Sul-Sul para erradicar a fome

Merendeiras brasileiras visitam escola no Senegal em uma iniciativa do Centro de Excelência da ONU contra a Fome, que impulsiona a cooperação Sul-Sul. Foto: PMA/Mariana Rocha

Agências da ONU anunciaram na terça-feira (28) um roteiro de ação para coordenar estratégias de cooperação Sul-Sul e fortalecer o combate à fome em países em desenvolvimento. Apresentado durante a Expo de Desenvolvimento Global Sul-Sul, em Antália, na Turquia, o planejamento orientará iniciativas do Programa Mundial de Alimentos (PMA), do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

“Com esse roteiro, buscamos identificar nossas prioridades compartilhadas em termos de cooperação triangular e Sul-Sul e implementar uma metodologia de trabalho para melhorar nossos esforços coordenados nos próximos anos, a fim de tornar a fome zero uma realidade até 2030”, explicou o vice-diretor da Divisão de Políticas e Programas do PMA, Kenn Crossley.

Para o especialista, iniciativa vai sistematizar e articular estratégias de cada uma das agências, ampliando a ação conjunta dos organismos para além de intervenções pontuais.

Segundo o representante do FIDA, Ashwani Muthoo, a cooperação Sul-Sul “será um dos motores fundamentais do FIDA para o futuro, ao lado do trabalho com o setor privado e da geração de empregos para os jovens”. A colaboração entre países em

desenvolvimento já é vista pelo fundo da ONU como uma das modalidades preferidas de implementação de programas contra a pobreza e a fome.

A cooperação Sul-Sul é considerada pelas três agências das Nações Unidas como um mecanismo eficiente, pouco custoso, que valoriza a liderança dos países em desenvolvimento e estimula a solidariedade entre iguais.

FONTE: https://www.ifad.org/en/newsroom/press_release/tags/p68/y2017/49699915



Apoio a agricultores familiares é fundamental na luta contra a fome, diz FAO

A luta contra a fome alcançou hoje um “ponto de inflexão”, e apoiar os agricultores familiares é fundamental para o sucesso, disse na segunda-feira (27) o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o brasileiro José Graziano da Silva, em discurso a parlamentares britânicos.

“A principal causa da fome hoje não é a falta de alimentos, mas sim a falta de acesso a eles”, disse em discurso diante do Grupo Parlamentar Interpartidário sobre Agricultura e Alimentação para o Desenvolvimento.

É um paradoxo o fato de os agricultores familiares — que produzem a maior parte dos alimentos no mundo — serem os mais ameaçados pela insegurança alimentar, disse Graziano.

Por isso, ele pediu uma maior conscientização e apoio frente à piora da situação dessas pessoas, muitas das quais vivem em regiões rurais de países em desenvolvimento e “apenas conseguem sobreviver” diante das consequências da mudança climática e, cada vez mais frequentemente, de conflitos civis.

Ele completou ser essencial investir para ajudá-los a melhorar sua própria produtividade e o uso dos recursos naturais, e disse que muitos lares nos países em desenvolvimento não podem investir para aumentar sua resiliência, como seria a introdução de sistemas de irrigação por gotejamento, que economizam água.

“É uma via de mão dupla: os agricultores familiares precisam de nossa ajuda, mas nós também precisamos que os agricultores familiares façam parte do futuro sustentável e com segurança alimentar para todos que queremos”, afirmou.

Isso é especialmente válido na medida em que as técnicas de cultivo industrial estão chegando a seus limites naturais, e apesar de terem contribuído para um aumento de 40% na produção de alimentos per capita desde a década de 1960, a fome não foi erradicada. Cerca de 815 milhões de pessoas padeciam de desnutrição crônica no ano passado, apesar de o mundo produzir alimentos suficientes para todos.

Os desafios atuais do sistema alimentar estão relacionados às emissões de gases de efeito estufa, à distribuição econômica e à crescente incidência da obesidade e do sobrepeso, e esses desafios devem ser abordados levando em conta os agricultores, afirmou Graziano.

Proteção social integrada

Também são necessários programas de proteção social para os agricultores familiares vulneráveis, já que estes permitem benefícios sistêmicos, disse o responsável da FAO aos membros do Parlamento britânico, lembrando o sucesso do Brasil ao vincular as transferências de renda à matrícula de crianças na escola.

Tais políticas devem ser complementadas por leis que exijam a compra pública de alimentos dos agricultores familiares para os programas de alimentação escolar, estratégia que incrementa as vendas dos pequenos produtores e melhora os resultados nutricionais.

FAO, Programa Mundial de Alimentos (PMA), governo brasileiro e Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido trabalham para implementar variações locais do programa brasileiro em Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal.

O papel dos legisladores

Segundo Graziano, quando os parlamentares promulgam leis e aprovam orçamentos, realizam uma grande contribuição para a segurança alimentar e a nutrição, questões públicas que requerem boa governança, assim como normas e legislações específicas.

“Onde as políticas públicas e os programas se baseiam na legislação adequada, os indicadores sobre a má nutrição melhoram significativamente”, concluiu.

A FAO tem apoiado de forma ativa a criação da Frente Parlamentar contra a Fome e a Desnutrição durante quase uma década. Recentemente, foi criada uma nova aliança no Japão que se soma às já existentes em América Latina, África e no Parlamento Europeu.

FONTE: <http://www.fao.org/news/story/es/item/1069811/icode/>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL SP

<http://www.defesacivil.sp.gov.br/>

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – RIO DE JANEIRO

<http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=4173185>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DE MINAS GERAIS

<http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/ajuda/page/280-programa-minas-mais-resiliente-edital-de-chamamento-publico-n-01-2016-resultado-de-analise-das-propostas>